

# Ensaio

## CONFIAR NA JUSTIÇA\*

Está passando da hora de voltarmos a falar seriamente em desenvolvimento, já! Precisamos reescrever, adaptando-o ao século 21, o nosso Projeto de Nação. O que queremos para o Brasil? Quais os nossos maiores desafios? Como vencê-los e com quais recursos e aliados contaremos? Aonde queremos chegar?

Não podemos ceder à mesmice. Precisamos mostrar a nós, brasileiros, o quanto somos capazes, fortes, honestos, idealistas, criativos. Precisamos resgatar valores, muitos dos quais nos foram arrebatados pelo populismo político, de alguns dos quais fomos nos desprendendo em momentos difíceis de fadiga moral imposta pela predominância de tantos maus exemplos. Precisamos resgatar a família, a escola com a educação moral e cívica e, também, a fé religiosa.

É esse engenho de virtudes que vai nos restituir a coesão familiar, a responsabilidade escolar, o respeito com o coletivo e os limites espirituais. Tudo em favor de uma sociedade mais comprometida com o desenvolvimento e com a paz.

Para nada servem as leis quando o Estado, encarregado de fazer cumpri-las, se enfraquece e se distancia, ampliando o dissenso entre a sociedade e os grupamentos políticos incumbidos de fazê-lo funcionar. As leis não se realizam na sua força coercitiva quando a sociedade, indiferente, não as legitima. Sem legitimidade, não há autoridade e, sem autoridade, tudo resulta num teatrinho de intermináveis formalidades. As pessoas do povo já não disfarçam o cansaço com a desfaçatez que de há muito estamos vivenciando.

Do mesmo modo como a política de juro alto não pode ser o único remédio para o controle da inflação, também o Código Penal não pode ser a única saída para o enfrentamento da violência. A criminalidade a ser combatida não é apenas a das ruas, das praças, das favelas. Não podemos perder de vista a criminalidade do conluio, da cumplicidade, do silêncio; a criminalidade engratada, exatamente aquela do malandro que nunca se dá mal, conforme os versos de Chico Buarque de Hollanda.

\* In: *Correio Braziliense*, Brasília, 08/08/2005. Caderno Direito e Justiça, n. 15522, p. 1.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

O desenvolvimento não se realiza em meio à corrupção, no sofrimento de um povo subjugado por altas taxas de juros, por uma das maiores cobranças de impostos do mundo, a contrastar com um orçamento público que mal se agüenta para os serviços das dívidas e para o custeio da engrenagem estatal. O pacto federativo precisa ser de verdade. O Estado, gerente do bem comum, precisa de novo formato, de novas agendas, de outras ações.

O povo brasileiro – que é íntegro, trabalhador, honesto, ético – envergonha-se quando se apercebe de que está sendo enganado por quantos, malandramente, conseguem mandatos políticos e, malandramente, passam a atuar no seu nome. Não sendo tais políticos pessoas honradas, não têm como honrar a representação. Então, precisamos cuidar melhor da democracia – combater a sonegação fiscal, a pirataria, o tráfico de drogas, o contrabando de armas, a lavagem de dinheiro. Trazer para a legalidade a chamada economia informal, que não assina carteira do trabalhador, nem paga imposto.

A reforma do Judiciário prossegue em discussão até hoje. E é bom que nunca se deixe de falar nisso, pois a Justiça precisa e precisará sempre de reformas, de atualizações profundas nos seus procedimentos. Vamos ter que interiorizar mais as ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Justiça Federal. É para o interior que o crime está indo, que o bandalho das licitações de “araque” está migrando. Não havendo punição a tempo, quem manda é a impunidade.

Apesar dos seus problemas e falhas, só o Poder Judiciário ainda pode inspirar à sociedade a confiança de que ela tanto necessita. O Poder Judiciário emerge, neste momento, como uma luz na escuridão, uma chama de esperança para os que ainda crêem na força do Direito, no respeito às leis e aos contratos legitimamente firmados, na garantia das liberdades individuais.